

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA APAE

Monalisa Pereira de Paiva¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

alcionevertice@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

Apesar dos avanços no sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva ainda enfrenta grandes desafios, pois vai além da inserção de alunos com deficiência em salas comuns, exigindo a construção de relações significativas que assegurem equidade no atendimento a todos os estudantes. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência em contexto atual de uma APAE no interior de Minas Gerais. Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa realizada através de observação, realizada na APAE como parte do estágio supervisionado em Psicologia. Os resultados apresentaram trabalhos realizados pela psicóloga como realização de *anamnese*, com o intuito de conhecer melhor os alunos com os quais atua. Atendimentos realizados junto à família ou responsáveis com o objetivo de acompanhar a dinâmica familiar, oferecer orientações e fortalecer os vínculos afetivos. Observa-se que por meio de uma escuta qualificada, foi possível identificar que as principais demandas apresentadas por esse público estavam relacionadas a questões emocionais, especialmente ligadas à saúde mental e à exaustão.

PALAVRAS-CHAVE: PCD; inclusão escolar; psicologia escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva ainda representa um grande desafio, mesmo diante das transformações no sistema educacional brasileiro ao longo da história. Isso se deve, principalmente, ao fato de que a questão não se resume apenas a inserir o estudante com deficiência nas salas de aula regulares, mas também envolve a criação de relações efetivas que promovam um atendimento equitativo entre os alunos com e sem deficiência (Bueno, 2023). O objetivo é que todos se sintam verdadeiramente incluídos no ambiente escolar e social. A educação inclusiva é um caminho que se baseia no respeito às diferenças, reconhecendo que os processos educacionais não podem ser os mesmos para todos. Dessa forma, a inclusão vai além da simples aceitação ou integração do aluno com deficiência na sala de aula,

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga; Doutoranda em Educação; Mestre em Educação; Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

sendo essencial a valorização das diferenças e a promoção de valores que fundamentem o respeito, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva (Portilho, 2023).

Uma das principais dificuldades para a implementação efetiva da educação inclusiva é a falta de preparo dos professores do ensino regular para receber alunos com diferentes necessidades. Além disso, existem equívocos em relação aos recursos pedagógicos utilizados no processo inclusivo, especialmente em um contexto legislativo, político e social que busca garantir a inclusão dessas pessoas no ambiente educacional e social. Cada vez mais, as pessoas com deficiência estão conscientes de seus direitos ao acesso aos serviços públicos e à garantia de uma educação de qualidade, que respeite e promova seu desenvolvimento pleno (Silveira, 2019).

A Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146, de 2015, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, definiu no artigo 3º as barreiras como quaisquer obstáculos, impedimentos, atitudes ou comportamentos que restrinjam ou impossibilitem a participação social da pessoa com deficiência, assim como o pleno exercício de seus direitos relacionados à acessibilidade, liberdade de movimento e expressão, comunicação, acesso à informação, compreensão e circulação segura (Brasil, 2015).

O trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do curso de psicologia na área da educação, e foi realizado por meio de observação em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional é uma pauta cada vez mais presente nas discussões sobre equidade e direitos humanos, especialmente no que se refere ao papel das instituições especializadas, como as APAEs. Analisar o contexto atual de uma APAE no interior de Minas Gerais permite compreender de que forma essas instituições têm contribuído, ou não, para a efetivação da inclusão, considerando suas práticas pedagógicas, recursos disponíveis e articulação com a rede regular de ensino.

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência em contexto atual de uma APAE no interior de Minas Gerais.

Trabalhos como este são importantes, pois a inclusão de alunos com deficiência é fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola tem papel central na construção da cidadania e da identidade social, sendo essencial que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso pleno ao processo educacional. Compreender como e por que esses alunos continuam sendo marginalizados no cotidiano escolar permite refletir sobre os limites da inclusão praticada e subsidiar políticas e práticas pedagógicas mais acolhedoras, equitativas e respeitosas à diversidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante um longo período, as instituições especializadas foram as principais responsáveis pela educação dos alunos com deficiência no Brasil. Esse modelo começou a ser questionado de forma mais incisiva a partir da década de 1960, com a chegada da proposta de integração desses estudantes ao ensino regular. O movimento de integração trouxe fortes críticas ao trabalho realizado nas instituições, sob o argumento de que esse tipo de atendimento promovia a segregação das pessoas com deficiência. Apesar das críticas, a defesa da integração não eliminou a atuação das instituições especializadas, que continuaram a oferecer atendimento específico. Isso se deve ao entendimento, vigente na época, de que alguns alunos precisavam de uma preparação prévia antes de serem inseridos nas escolas regulares, e que essa preparação poderia ser realizada nas instituições especializadas (Secretaria do Estado de Educação, 2010).

A educação de pessoas com deficiência foi transferida das instituições especializadas para o sistema regular de ensino, passando a ocorrer em classes especiais nas escolas públicas, com o apoio de professores itinerantes e/ou professores com pouca especialização. Esse processo contou também com a implementação de salas de recursos e a oferta de "garantias didáticas diferenciadas", como adaptações no currículo, no seu desenvolvimento e na formação dos professores (Mazzota, 2005).

A educação das pessoas com deficiência, historicamente, caracteriza-se pela segregação em relação às demais, ocorrendo em ambientes separados do sistema regular de ensino. Mesmo quando realizada dentro das escolas comuns, muitas

vezes se dá em "classes especiais", distintas das salas regulares e frequentemente percebidas como "depósitos" para crianças que não se adaptam ao modelo tradicional de ensino (Bailão,1997).

Segundo Silva (1986), a Educação Especial apesar de representar uma continuação da segregação, também se configura como uma alternativa de participação para pessoas com deficiência na vida cotidiana. Assim, mesmo que a integração de crianças com necessidades especiais nas escolas da rede regular seja uma tendência atual, é fundamental reconhecer a importância das Escolas Especiais no atendimento a esse público.

O principal objetivo das escolas integradoras é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todos de forma inclusiva e sem discriminação. Além disso, essas instituições desempenham um papel importante na promoção de atitudes mais respeitadas e na construção de uma sociedade mais acolhedora e solidária. A educação integradora promove a aprendizagem conjunta de todas as crianças, respeitando suas dificuldades e diferenças. Para isso, é essencial reconhecer e atender às diversas necessidades dos alunos, adaptando-se a seus diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, e assegurando um ensino de qualidade por meio de programas de estudo adequados, boa organização escolar e uso eficiente dos recursos. Além de beneficiar as próprias crianças, essa abordagem também pode contribuir para a redução de custos governamentais, uma vez que diminui os índices de fracasso escolar, repetência e evasão (não apenas entre crianças com deficiência), ao implementar estratégias que garantam igualdade de oportunidades para todos (Bailão, 1997).

Diante disso, a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência é extremamente importante na educação porque garante o direito de todos de aprenderem em condições de igualdade. Ela promove a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, assegurando acessibilidade, adaptações necessárias e o apoio adequado. Dessa forma, a lei ajuda a combater a discriminação, valoriza a diversidade e promove uma sociedade mais justa e acolhedora para todos, independentemente de suas limitações. É um passo fundamental para garantir que cada pessoa tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno (Brasil, 2015).

É relevante pontuar, a sanção da Lei 13.935, que regulamenta a oferta de serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas das redes públicas da Educação Básica, e dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (CRP, 2020). De acordo com Zanelatto (2018), a presença do psicólogo na escola deve ser vista como um fator que potencializa práticas inclusivas e assegura os direitos dos envolvidos. A atuação do psicólogo abrange a formação de professores, momento em que podem ser discutidos aspectos do desenvolvimento da subjetividade humana, como influências das relações sociais e suas inter-relações com os processos educacionais. O papel da psicologia nas escolas, contribui para os processos de escolarização, promoção da educação e de práticas inclusivas (CRP, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através de observação. A pesquisa qualitativa, segundo Merriam (1998), consiste na obtenção de dados descritivos dentro de uma abordagem crítica ou interpretativa. Seu foco está na análise das relações humanas em diferentes contextos, bem como na compreensão da complexidade de um fenômeno, buscando interpretação e compreensão de significados. Minayo (2009) argumenta que, os estudos qualitativos buscam compreender as especificidades a partir do contexto social, considerando as perspectivas e o envolvimento das pessoas nesse meio.

Mestre, Moser e Amorim (1998) destacam que a observação e o registro sistemático do comportamento são essenciais, pois permitem uma descrição detalhada que beneficia a sociedade. Segundo Fagundes (1999), a observação do comportamento desempenha um papel essencial para psicólogos, analistas do comportamento e pesquisadores, funcionando como uma ferramenta de trabalho para a coleta de dados que, entre outros aspectos, ampliam a compreensão sobre o comportamento.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix e foi realizado em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no interior de Minas Gerais.

A APAE observada é composta por 35 alunos, 12 funcionários, entre eles professores, motorista, cozinheiras, diretora, psicóloga e secretária. A APAE é um espaço grande, de três andares, tem um pátio onde os alunos fazem as refeições, brincam, tem uma cozinha, um banheiro feminino e um masculino, e cinco salas. No segundo andar tem a secretaria, a biblioteca, a sala da psicóloga, três salas e um banheiro e no terceiro andar tem uma sala para atividades físicas. O prédio possui rampas para acessibilidade e corrimão nas laterais. Na área externa tem um parquinho e uma piscina que parecem estar desativados.

As observações aconteceram ao longo de 40 horas, divididas em 10 visitas à instituição, entre os meses de fevereiro a junho de 2025.

A análise dos dados foi conduzida a partir da triangulação entre os registros obtidos na observação, as respostas aos questionários e o diálogo com a literatura científica que fundamenta a pesquisa. Inicialmente, buscou-se organizar e categorizar as informações coletadas, destacando padrões, recorrências e singularidades. Em seguida, os dados foram interpretados qualitativamente, considerando o contexto em que os participantes estão inseridos, suas condições de trabalho e suas percepções subjetivas. Esse processo visou não apenas descrever os fenômenos observados, mas também relacioná-los a discussões teóricas já consolidadas, possibilitando uma compreensão crítica da realidade estudada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa baseia-se em observações do estágio básico realizado na instituição, durante o qual foi possível acompanhar parte da rotina escolar e identificar elementos relevantes para a compreensão da inclusão no ambiente escolar especial. Dentre as atividades observadas, destacam-se os procedimentos de *anamnese* conduzidos pela psicóloga, com o intuito de conhecer melhor os alunos com os quais irá atuar.

O termo *anamnese* trata-se de resgatar lembranças, especialmente aquelas relacionadas à história de vida e à saúde da pessoa. Mais do que uma simples coleta de informações, a *anamnese* é um momento de escuta e acolhimento. Ela é essencial para construir uma boa relação entre médico e paciente, baseada em vínculo, confiança e cooperação. Quando essa conexão é bem estabelecida, o

paciente tende a se sentir mais seguro e à vontade, o que contribui para a clareza e a veracidade das informações compartilhadas, facilitando um cuidado mais eficaz (Balduino, 2012).

Os atendimentos realizados junto à família ou responsáveis tiveram como objetivo acompanhar a dinâmica familiar, oferecer orientações e fortalecer os vínculos afetivos. Por meio de uma escuta qualificada, foi possível identificar que as principais demandas apresentadas por esse público que estavam relacionadas segundo a psicóloga a questões emocionais, especialmente ligadas à saúde mental e à exaustão.

Pessoas com necessidades especiais frequentemente precisam de apoio para realizar suas atividades do dia a dia. Esse cuidado contínuo acaba envolvendo intensamente seus familiares, que assumem o papel de cuidadores. Com o tempo, essa dedicação pode afetar a qualidade de vida desses cuidadores, especialmente no que diz respeito à saúde física e emocional. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as necessidades desses cuidadores são igualmente importantes e estão diretamente ligadas ao seu bem-estar geral. Quando há sinais de sobrecarga ou risco à saúde, as ações educativas ganham um papel essencial, oferecendo suporte e orientação por meio de programas que buscam promover uma melhor qualidade de vida para quem cuida e para quem é cuidado (Braccialli, 2012).

Diversos estudos têm mostrado que os cuidadores de pessoas com necessidades especiais enfrentam desafios significativos em sua rotina. Entre os problemas mais comuns relatados estão o cansaço constante, dificuldades para dormir, dores de cabeça frequentes, perda de peso, pressão alta e uma redução na satisfação com a vida social (Felício *et al.*, 2005). Além disso, muitos vivenciam sentimentos de exclusão, isolamento emocional e social, tristeza profunda, desgaste nos relacionamentos pessoais, perda do sentido ou propósito de vida, distúrbios do sono recorrentes e um aumento no uso de medicamentos psicotrópicos (Floriani, 2004).

Notou-se que os momentos de maior interação entre alunos e professores ocorriam, predominantemente, no início da manhã, enquanto os alunos aguardavam o café no pátio. Nesse espaço, interagiam entre si, compartilhando experiências do

fim de semana e conversando sobre suas famílias, promovendo um ambiente de convivência espontânea.

Silva *et al.*, (2012) destacam que a formação do professor é o principal fator para que a escola inclusiva se concretize. Para isso, é fundamental que o educador acredite na criança como alguém capaz de aprender e se desenvolver. O professor ocupa um papel central nesse processo, sendo o mediador entre a criança e o conhecimento. Essa mediação exige que ele conheça bem seus alunos, suas potencialidades, limites e necessidades para, então, criar estratégias que realmente façam sentido no dia a dia da sala de aula. A aprendizagem, quando significativa, promove o desenvolvimento, e isso acontece por meio da interação entre professor, colegas, recursos pedagógicos e também das experiências e saberes que cada aluno já carrega consigo (Toledo, 2009).

Durante o período matutino, foi observado interação de apenas uma professora com os alunos, ela mantinha contato no pátio antes de conduzirem-se à sala de aula.

A educação inclusiva vai muito além de leis, políticas públicas, escolas ou alunos. No centro desse processo está o professor, que, como destaca Lima (2010), é o agente mais próximo da criança e, por isso, desempenha um papel essencial na construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor e inclusivo. Nesse processo, é fundamental que os professores recebam os alunos com necessidades educacionais especiais de forma acolhedora e sensível. Isso implica repensar atitudes e práticas, promovendo mudanças que estejam alinhadas a valores éticos, de igualdade e solidariedade (Lima, 2010). Como destacam Toledo e Martins (2009), esse acolhimento não é apenas uma exigência pedagógica, mas um compromisso humano com o respeito a inclusão de todos.

De acordo com Mantoan (2006), os sistemas escolares ainda carregam uma lógica que separa e rotula, alunos são classificados como “normais” ou “deficientes”, o ensino é dividido em “regular” e “especial”, e os professores acabam sendo vistos como especialistas apenas em determinadas deficiências. Essa estrutura é fruto de uma visão determinista e reducionista, típica do pensamento científico tradicional, que valoriza mais o técnico e o formal do que o subjetivo, o afetivo e o criativo. Com isso, torna-se difícil romper com o modelo escolar tradicional e promover, de fato, as

transformações que a inclusão exige e necessita para acontecer de forma verdadeira.

Refletir sobre uma escola inclusiva é imaginar um espaço que acolhe cada aluno em sua singularidade. É construir uma escola onde todos, independentemente de suas dificuldades ou necessidades, tenham acesso a estratégias, recursos e metodologias que favoreçam seu aprendizado e desenvolvimento, trata-se de garantir que cada estudante seja respeitado em sua individualidade e tenha a oportunidade de aprender de forma significativa (Miranda,2001).

É importante lembrar que a educação inclusiva vai muito além de simplesmente colocar estudantes com deficiência em salas de aula. Trata-se, acima de tudo, de aceitar e valorizar as diferenças. Isso exige mudanças profundas no sistema educacional, promovendo o respeito às individualidades, o trabalho em equipe entre os alunos, o preparo dos professores para acolher todos os estudantes em suas atividades e, principalmente, o cultivo do respeito mútuo e da dignidade de cada pessoa no ambiente escolar (Moreira, 2006).

A inclusão escolar é uma proposta que nasce do desejo de transformar a educação em um espaço verdadeiramente aberto a todos. Inspirada por políticas educacionais que promovem um novo olhar sobre o ensino, essa abordagem entende que a educação especial deve estar presente em todo o percurso escolar, garantindo que cada estudante tenha as mesmas oportunidades de aprender, crescer e participar plenamente da vida acadêmica, com respeito às suas singularidades (Almeida,2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para promover uma inclusão escolar efetiva, é fundamental que a instituição de ensino adote práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, garantindo a sua participação plena nas atividades escolares e o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso inclui a formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado e a implementação de estratégias que favoreçam a interação e o aprendizado de todos os alunos, conforme preconizado pela legislação vigente.

Em se tratando de uma instituição como a APAE, esse cuidado torna-se ainda mais essencial, pois, embora historicamente essas instituições tenham desempenhado um papel importante no atendimento a pessoas com deficiência, elas também carregam o risco de reforçar práticas segregadoras quando não se alinham aos princípios da educação inclusiva. A permanência exclusiva de alunos com deficiência em ambientes separados da escola comum pode comprometer sua participação social e limitar o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais. Se não houver intencionalidade pedagógica e compromisso com uma educação centrada na inclusão, essas instituições correm o risco de manter os sujeitos apenas em um espaço de cuidado, e não de aprendizagem significativa e cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação. Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241005.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

BAILÃO, Manuela. Educação inclusiva: benefícios da educação física ao processo de integração. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 1997. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600034>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BALDUINO, Paula Martins et al. A perspectiva do paciente no roteiro de anamnese: o olhar do estudante. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/B9nv9FzrfvbRj6BC9vgJnKz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRACCIALLI, L. M. P. et al. Qualidade de vida de cuidadores de pessoas com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 113-126, jan. 2012. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023038, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17822. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17822>. Acesso em: 5 abr. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. Psicologia escolar e educacional: implementação da Lei 13.935 e aprovação do novo Fundeb nortearam atuação do CRP-MG na área. **PCR-MG**, 2025. Disponível em: <https://crp04.org.br/psicologia-escolar-e-educacional-implementacao-da-lei-13-935-e-aprovacao-do-novo-fundeb-nortearam-atuacao-do-crp-mg-na-area/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Agora é lei: Psicologia e Serviço Social na Educação Básica. **Revista Entrelinhas**, Porto Alegre, n. 71, 2019. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/entrelinhas/71/reportagem-principal-agora-e-lei-psicologia-e-servico-social-na-educac>. Acesso em: 7 mar. 2025.

FAGUNDES, A. J. F. M. **Definição, descrição e registro do comportamento**. 12. ed. São Paulo: Edicon, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/398418218/Fagundes-A-J-F-M-2015-Descricao-definicao-e-registro-de-comportamento>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FELÍCIO, D. N. L. et al. Atuação do fisioterapeuta no atendimento domiciliar de pacientes neurológicos: a efetividade sob a visão do cuidador. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 64-69, 2005. Acesso em: 13 maio 2025.

FLORIANI, C. A. Cuidador familiar: sobrecarga e proteção. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 341-345, 2004. Acesso em: 13 maio 2025.

LIMA, H. T. S. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria de subjetividade. **E-Revista Facitec**, v. 4, n. 1, 2010. Acesso em: 13 maio 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. Acesso em: 13 maio 2025.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001775086>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MESTRE, M. B. A.; MOSER, A. M.; AMORIM, C. A. Observação e registro do comportamento. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 16, n. 22, p. 45-58, 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/672784195/obsevacao-e-registro-de-comportamento>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, M. J. C. Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao_cidadania_e_inter_cultura/Trabalho/02_33_56_t877.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. **Construindo o Serviço Social**, v. 16, p. 59-87, 2006. Acesso em: 6 maio 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Inclusão escolar: o que é? como se faz?** Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/pedagogia/tinclusaoescolar.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3007-3015, out. 2016. Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1986. 470 p. Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVEIRA, Aline Machado da; SILVA, Henrique Borges da; MAFRA, João da Silva. Educação inclusiva no Brasil. **Cadernos da FUCAMP**, v. 18, n. 33, p. 1-14, 20 maio 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1783>. Acesso em: 5 abr. 2025.

TOLEDO, E. H.; MARTINS, J. B. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA – ESBP – ABPP, 3., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.